

POLÍCIA FEDERAL

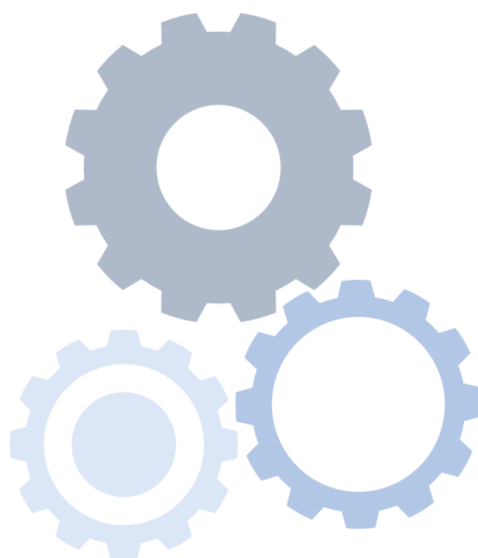
GTED/SELOG/SR/PF/PR

NOVEMBRO/2025

Contratação de Projeto de Inventário Florestal com Supressão

Dispensa por valor, Art. 75, I

Serviço Especial de Engenharia



Documento sumarizado

Atalhos no rodapé



TERMO DE REFERÊNCIA

APENSOS

Apêndice A do TR - ETP Estudo Técnico Preliminar

Anexo I do ETP - Mapa de Riscos

Anexo II do ETP e do IV TR - Mapa de cotações

ANEXOS

Anexo I do TR - Consulta Prévia ao Órgão Ambiental

Anexo II do TR - Caderno de especificações Técnicas

Anexo III do TR - IMR

Anexo IV do TR - Modelos de Declaração



SUMÁRIO DO TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO DO TERMO DE REFERÊNCIA.....	8
TR-1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.....	10
TR-2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	10
TR-3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.....	10
TR-4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	11
4A. Sustentabilidade.....	11
4B. Indicação de marcas ou modelos.....	11
4C. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço.....	11
4E. Subcontratação.....	11
4F. Garantia da contratação.....	11
4G. Vistoria.....	14
4H. Instalação de escritório.....	15
4I. Margem de preferência.....	15
TR-5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	15
5A. Condições de execução.....	15
5B. Local e hora da prestação do serviço.....	16
5C. Rotinas a serem cumpridas.....	16
5D. Materiais a serem disponibilizados.....	16
5E. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta.....	16
5F. Especificação da garantia do serviço.....	16
5G. Uniformes.....	16
5H. Procedimentos de transição e finalização do contrato.....	17
TR-6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	17
6A. Preposto.....	18
6B. Rotinas de Fiscalização.....	18
6C. Fiscalização Técnica.....	18
6D. Fiscalização Administrativa.....	20
6E. Gestor da execução do contrato.....	24
TR-7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.....	25
7A. Do Recebimento.....	26
7B. Liquidação.....	28
7C. Prazo de pagamento.....	29
7D. Forma de pagamento.....	29
7E. Antecipação de pagamento.....	29
7F. Reajuste.....	30
7G. Cessão de crédito.....	31
7H. Conta Depósito Vinculada ou Pagamento pela fato gerador.....	32
Conta-Depósito Vinculada.....	32
TR-8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	34
TR-9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	37
9A. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.....	37
9B. Regime de Execução.....	37
9C. Critério de Aceitabilidade de Preços.....	37
9D. Exigências de habilitação.....	38



9E. Habilitação Jurídica.....	38
9F. Habilitação fiscal social e trabalhista.....	39
9G. Qualificação Econômico Financeira.....	40
9H. Qualificação Técnica.....	41
9I. Qualificação Técnica Operacional.....	41
9J. Qualificação Técnica Profissional.....	42
9K. Disposições Gerais Sobre a Habilitação.....	42
9L. Documentação Complementar para Cooperativas.....	43
TR-10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	44
TR-11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	44



TERMO DE REFERÊNCIA (MINUTA)

SERVIÇO ESPECIAL DE ENGENHARIA (DISPENSA ELETRÔNICA)

Textos suprimidos foram ~~tachados~~

Textos modificados em azul

Textos incluídos em vermelho

TR-1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

tr-1.1. Contratação de serviços nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de Projeto de Inventário Florestal para Supressão	19895	m ²	2.300,00	R\$ 2,95	R\$ 6.800,00

tr-1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como **serviço especial de engenharia**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

tr-1.3. O prazo de execução é de 180 dias, com vigência da contratação de 360 (cento e oitenta) dias contados da assinatura do contrato, prorrogável por igual período.

tr-1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

tr-1.5. **A licitação deverá ser destinada exclusivamente à participação de ME ou EPP, tendo em vista o teto de R\$80.000,00, na forma da LC123/06, bem como a nova redação da LC 147/14.**

TR-2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

tr-2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

tr-2.2. O objeto da contratação **NÃO** está previsto no **Plano de Contratações Anual 2025 e deverá ser incluído de forma extemporânea antes da publicação do Edital (solicitação feita através do processo SEI 08389.009499/2025-81).**

tr-2.3. A inclusão extemporânea da presente contratação se dá em razão da identificação de demanda técnica urgente e não prevista no planejamento inicial, relacionada à necessidade de análise, monitoramento e manejo ambiental em áreas sob responsabilidade da instituição.

TR-3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

tr-3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **Apêndice** deste Termo de Referência.



TR-4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

TR-4A. Sustentabilidade

- tr-4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e que se encontram exauridos no ETP.

TR-4B. Subcontratação

- tr-4.2. Não será admitida a subcontratação de qualquer parte da obrigação.

TR-4C. Garantia da contratação

- tr-4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
- tr-4.3.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.
- tr-4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- tr-4.4.1. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- tr-4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- tr-4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- tr-4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- tr-4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- tr-4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- tr-4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.



- tr-4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- tr-4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- tr-4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- tr-4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- tr-4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- tr-4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- tr-4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- tr-4.10. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- tr-4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- tr-4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- tr-4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- tr-4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- tr-4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- tr-4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- tr-4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- tr-4.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.



- tr-4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- tr-4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- tr-4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- tr-4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- tr-4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

TR-4D. Vistoria

- tr-4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser feito previamente pelo telefone (45) 3576-5595 (GTED).
- tr-4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- tr-4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- tr-4.22.1. Locais das instalações da CONTRATANTE:

ITEM	Edificação	Endereço	Cidade
1	NEPOM, Núcleo Especializado de Polícia Marítima	Av. Beira Rio, Lote K Coordenadas: Latitude: 24° 4' 33.018" S Longitude: 54° 15' 13.752" W	Guaíra

- tr-4.22.2. Embora não tenha caráter obrigatório, a vistoria é essencial para o cumprimento adequado das obrigações contratuais, visando dirimir eventuais dúvidas a respeito do Edital e dar oportunidade às licitantes de consultar maiores detalhes dos serviços a serem prestados.
- tr-4.22.3. Quando da vistoria, não é possível a disponibilização ou divulgação de fotografias, plantas, desenhos técnicos e congêneres por se tratar de projeto em área de segurança federal.
- tr-4.22.4. Ainda, pela necessidade de sigilo de informações que possam comprometer futuras operações policiais, quando da realização da vistoria será proibido fotografar ou filmar qualquer tipo de documento ou as instalações, sob pena da empresa ser impedida de participar do processo licitatório.



- tr-4.22.5. Quando da vistoria, os licitantes deverão se inteirar cuidadosamente das condições e do grau de dificuldade dos serviços, podendo ser efetuados exames e medições necessárias, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento destes. Eventuais problemas observados na fase de vistoria e de elaboração da proposta deverão ser apontados formalmente à Comissão de Licitação, antes da data prevista para a abertura da licitação (conforme datas e prazos estabelecidos no edital); após essa data, nenhuma reclamação será aceita, cabendo à CONTRATADA a execução do objeto em sua totalidade.
- tr-4.22.6. Depois de realizada a vistoria, o funcionário responsável da CONTRATANTE assinará o Atestado de Vistoria, assinado conjuntamente com o representante do licitante, comprovando de que o mesmo vistoriou presencialmente as instalações da unidade, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, em conformidade com o Edital e seus Anexos deste TR, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação para desconhecimento.
- tr-4.23. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria deverá declarar, por meio de **Termo de Renúncia**, assinado pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- tr-4.24. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

TR-5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

TR-5A. Condições de execução

- tr-5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- tr-5.1.1. Seguir rigorosamente às exigências do Instituto de Água e Terra do Paraná (IAT) e às normas ambientais vigentes.
- tr-5.1.2. Dar entrada junto ao IAT de Toledo/PR, com toda documentação necessária para aprovar anuência para supressão de aproximadamente 66 árvores nativas (A: 2.300m²), localizadas ao longo do córrego bugre (o qual faz divisa com o muro do NEPOM).
- tr-5.1.2.1. Além disso, o serviço deve incluir todos os apontamentos feitos pelo IAT, em consulta prévia realizada ao órgão, conforme **Anexo I do TR - Consulta Preliminar IAT**.

TR-5B. Local e hora da prestação do serviço

- tr-5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:
- tr-5.2.1. **Av. Beira Rio Lote K, Guaíra-PR**
- tr-5.3. Os serviços serão prestados nos seguintes horários:
- tr-5.3.1. **De segunda a sexta-feira, das 8:00hs às 17:00 hs.**

TR-5C. Materiais a serem disponibilizados

- tr-5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá, quando necessário, disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.



TR-5D. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- tr-5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- tr-5.5.1. O profissional técnico contratado deverá entregar à Contratante **anuência aprovada** pelo Órgão Ambiental (IAT - Toledo/PR), acompanhada de Inventário Florestal, Projeto de Compensação Ambiental e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
 - tr-5.5.2. Além desses documentos, o profissional deverá seguir integralmente às exigências do Órgão Ambiental, conforme **Anexo I do TR - Consulta Preliminar IAT** e solicitar formalmente à Contratante os documentos e declarações necessários para aprovação do projeto no IAT.
 - tr-5.5.3. Quando entregue toda documentação à Contratante, a fiscalização técnica deverá, após verificar as autorizações e licenças, emitir termo de recebimento provisório e definitivo e providenciar o atesto da nota fiscal dos serviços prestados.

TR-5E. Especificação da garantia do serviço

- tr-5.6. Trata-se de contratação para elaboração de projeto, levando em consideração que o responsável técnico pela elaboração do projeto deverá anexar ART, deverá ser utilizada, por analogia, a regra do Art. 618 do CC, ou seja, a garantia do projeto será de 5 anos.

TR-5F. Procedimentos de transição e finalização do contrato

- tr-5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

TR-6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- tr-6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- tr-6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução, **ou instrumento similar**, será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- tr-6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- tr-6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- tr-6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



TR-6A. Rotinas de Fiscalização

- tr-6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) da execução e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

TR-6B. Fiscalização Técnica

- tr-6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- tr-6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- tr-6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- tr-6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor da execução do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- tr-6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor da execução do contrato.
- tr-6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor da execução do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- tr-6.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- tr-6.14. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

TR-6C. Fiscalização Administrativa

- tr-6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- tr-6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da execução do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

TR-6D. Gestor da execução do contrato

- tr-6.17. Cabe ao gestor de execução do contrato:



- tr-6.17.1. coordenar o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- tr-6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- tr-6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- tr-6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- tr-6.17.5. prestar as informações necessárias para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- tr-6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- tr-6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- tr-6.17.8. receber e dar encaminhamento imediato:
- tr-6.17.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;
 - tr-6.17.8.2. à notificação formal de que a empresa **ou profissional** contratado está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

TR-7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- tr-7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IMR deste Termo de Referência.
- tr-7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- tr-7.1.1.1. não produziu os resultados acordados,



- tr-7.1.1.2.** deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- tr-7.1.1.3.** deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- tr-7.2.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- tr-7.3.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- tr-7.3.1.** As atividades de fiscalização ficarão a cargo dos seguintes atores: fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscais setoriais e público usuário (avaliação dos serviços), conforme o caso.
 - tr-7.3.2.** A designação formal do gestor da execução e fiscais será feita por ato do Chefe da respectiva Unidade Gestora.
 - tr-7.3.3.** Para o exercício da função, gestor da execução e fiscal serão cientificados, expressamente, da indicação e respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.
 - tr-7.3.4.** Deverá ser priorizado o correio eletrônico como meio oficial de comunicação entre a Contratada e a Contratante. Para tanto deverá ser disponibilizado e-mail profissional da empresa. Também deverão ser disponibilizados números telefônicos fixo e móvel, para contato direto com o representante legal da empresa e preposto.
 - tr-7.3.5.** A Fiscalização Técnica definirá, de comum acordo com a CONTRATADA, a melhor forma para apresentação dos documentos objetivando a medição dos serviços, sempre respeitando os procedimentos previamente estabelecidos no presente Termo de Referência e seus Anexos.
 - tr-7.3.6.** O pagamento dos serviços apenas será realizado quando a CONTRATADA reunir todos os documentos necessários, tais como relatórios, notas fiscais, regularidade perante os órgãos públicos, entre outros, conforme os procedimentos estabelecidos em todo o presente Termo de Referência e seus Anexos.

TR-7A. Do Recebimento

- tr-7.4.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, **em parcela única**, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

Cronograma de Pagamento

Evento	Prazo estimado	Valor
Entrega Total e Única do Projeto com Aprovações Legais	180 dias após a emissão da OSA (Prazo de Execução)	R\$ 6.800,00
Prazo de Vigência: 360 dias		

- tr-7.4.1.** Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará



a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

tr-7.4.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

tr-7.4.3. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

tr-7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

tr-7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

tr-7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

tr-7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

tr-7.9. Ao final do período de faturamento:

tr-7.9.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor da execução do contrato;

tr-7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

tr-7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

tr-7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

tr-7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

tr-7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

tr-7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor da execução do contrato para recebimento definitivo.

tr-7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, pelo Gestor da Execução do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



- tr-7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- tr-7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- tr-7.16.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- tr-7.16.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- tr-7.16.5. Enviar a Nota Fiscal Atestada juntamente à documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão da execução.
- tr-7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- tr-7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- tr-7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

TR-7B. Liquidação

- tr-7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- tr-7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- tr-7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- o prazo de validade;
 - a data da emissão;
 - os dados do contrato e do órgão contratante;
 - o período respectivo de execução do contrato;
 - o valor a pagar; e
 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



- tr-7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- tr-7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- tr-7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- tr-7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- tr-7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- tr-7.28. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- tr-7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

TR-7C. Prazo de pagamento

- tr-7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- tr-7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **INCC** de correção monetária.

TR-7D. Forma de pagamento

- tr-7.32. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- tr-7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- tr-7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- tr-7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



- tr-7.35. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

TR-7E. Reajuste

- tr-7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **OUTUBRO do ano de 2025**.
- tr-7.37. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **INCC**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- tr-7.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- tr-7.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- tr-7.40. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- tr-7.41. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- tr-7.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- tr-7.43. O reajuste será realizado por apostilamento.

TR-7F. Cessão de crédito

- tr-7.44. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- tr-7.45. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.
- tr-7.46. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- tr-7.47. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.



- tr-7.48. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- tr-7.49. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

TR-8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- tr-8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- tr-8.1.1. a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - tr-8.1.2. b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - tr-8.1.3. c) der causa à inexecução total do contrato;
 - tr-8.1.4. d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - tr-8.1.5. e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - tr-8.1.6. f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - tr-8.1.7. g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - tr-8.1.8. h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- tr-8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- tr-8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - tr-8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - tr-8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
 - tr-8.2.4. Multa:
 - tr-8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (1 décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias.
 - tr-8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - tr-8.2.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.



- tr-8.2.6. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.
- tr-8.2.7. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- tr-8.2.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- tr-8.2.9. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.
- tr-8.2.10. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.
- tr-8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- tr-8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- tr-8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- tr-8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- tr-8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- tr-8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- tr-8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- tr-8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- tr-8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- tr-8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- tr-8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- tr-8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- tr-8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- tr-8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- tr-8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- tr-8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das



sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

tr-8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

tr-8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

tr-8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

tr-8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

TR-9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

TR-9A. Seleção e critério de julgamento da proposta

tr-9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte:

tr-9.1.1. Trata-se de contratação com valor inferior ao limite do DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024, R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um mil e quinze centavos), restando claro que para o exercício de 2025 os valores dispensados de contratação somados, não alcançaram o referido limite.

TR-9B. Regime de Execução

tr-9.2. O regime de execução do contrato será Empreitada por **Preço Global**.

TR-9C. Critério de Aceitabilidade de Preços

tr-9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

tr-9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

tr-9.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

tr-9.4.1. Valor global conforme valor estimado da contratação: **R\$ 6.800,00**.



TR-9D. Exigências de habilitação

- tr-9.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

TR-9E. Habilitação Jurídica

- tr-9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- tr-9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- tr-9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- tr-9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- tr-9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- tr-9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- tr-9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- tr-9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

TR-9F. Habilitação fiscal social e trabalhista

- tr-9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- tr-9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- tr-9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



- tr-9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- tr-9.17.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- tr-9.17.2. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- tr-9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- tr-9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

TR-9G. Qualificação Econômico Financeira

- tr-9.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- tr-9.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- tr-9.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- tr-9.22.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um).
- I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
- II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e
- III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.
- tr-9.22.2. Ou, Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de 12 meses e;
- tr-9.22.3. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para 12 meses;
- tr-9.22.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- tr-9.22.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- tr-9.22.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- tr-9.23. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante em Anexo Modelos de Declaração deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data



apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

- tr-9.23.1. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- tr-9.23.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.
- tr-9.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º)
- tr-9.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

TR-9H. Qualificação Técnica

- tr-9.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
 - tr-9.26.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- tr-9.27. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente.
 - tr-9.27.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

TR-9I. Qualificação Técnica Operacional

- tr-9.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
 - tr-9.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
 - tr-9.28.2. **Para a empresa:** comprovar que possui capacidade técnica operacional por meio da apresentação de, no mínimo, **1 Projeto de Inventário Florestal com Supressão**, aprovado pelo Órgão Ambiental competente mediante a apresentação de:
 - tr-9.28.2.1. Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
 - tr-9.28.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
 - tr-9.28.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



tr-9.28.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

tr-9.29. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

tr-9.30. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

TR-9J. Qualificação Técnica Profissional

tr-9.31. Apresentação do profissional abaixo indicado, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado:

tr-9.31.1. **Para o profissional:** comprovar que possui capacidade técnica operacional por meio da apresentação de, no mínimo, **1 Projeto de Inventário Florestal com Supressão**, aprovado pelo Órgão Ambiental competente mediante a apresentação de

tr-9.31.1.1. Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

tr-9.32. O profissional indicado na forma supra deverá participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

tr-9.33. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

tr-9.34. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

TR-9K. Disposições Gerais Sobre a Habilitação

tr-9.34.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

tr-9.34.2. Na hipótese de o fornecedor ser uma empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

tr-9.34.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

tr-9.34.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



- tr-9.34.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

TR-9L. Documentação Complementar para Cooperativas

- tr-9.34.6. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- tr-9.34.6.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
 - tr-9.34.6.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
 - tr-9.34.6.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
 - tr-9.34.6.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
 - tr-9.34.6.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- tr-9.34.7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- tr-9.34.7.1. ata de fundação;
 - tr-9.34.7.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - tr-9.34.7.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - tr-9.34.7.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - tr-9.34.7.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - tr-9.34.7.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
 - tr-9.34.7.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

TR-10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- tr-10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ R\$ 6.800,00** (seis mil e oitocentos reais), conforme custos unitários apostos no Mapa de Cotações

TR-11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- tr-11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- tr-11.2. ~~A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~
- ~~I) — Gestão/Unidade:~~
 - ~~II) — Fonte de Recursos:~~
 - ~~III) — Programa de Trabalho:~~



~~IV) – Elemento de Despesa:~~

~~V) – Plano Interno:~~

~~tr-11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento:~~

tr-1.1. Será inserida em momento oportuno, após a revisão da minuta e antes da publicação do Edital.

Apêndice A do TR - ETP Estudo Técnico Preliminar

Anexo I do ETP - Mapa de Riscos

Anexo II do ETP e IV do TR - Mapa de Cotações

Anexo I do TR - Consulta Prévia ao Órgão Ambiental

Anexo II do TR - Caderno de especificações Técnicas

Anexo III do TR - IMR

Anexo IV do TR - Mapa de Cotações

Anexo V do TR - Modelos de Declaração



ANEXO I

do Termo de Referência

CONSULTA PRÉVIA AO ÓRGÃO AMBIENTAL (IAT)



CONSULTA PRÉVIA AO ÓRGÃO AMBIENTAL (IAT)

ESPECIFICAÇÕES - ANEXO DO TR

Trata-se de requerimento para a obtenção da Autorização Florestal, na modalidade Uso Alternativo do Solo, objetivando a intervenção em 0,23 hectares de Área de Preservação Permanente (APP) no Bioma mata Atlântica, às margens do córrego do Meio, para controlar e estabilizar o assoreamento da encosta com a execução de gabiões de pedra. A solicitação está localizada no Município de Guaíra/PR, sob as coordenadas geográficas 21 J 779189 m E - 7334612 m S.

Para prosseguimento da análise do processo deverá apresentar/esclarecer informações/documentos, constantes no Anexo I da Instrução Normativa IAT n 48/2025, a saber:

1. Apresentar o requerimento de Licença **Ambiental** para a área do empreendimento. A área deve ser a mesma solicitada para Uso Alternativo do Solo (UAS) no Sinaflor. Se houver alterações, será necessário retificar a área do pedido de UAS;
2. Requerimento de Autorização de Exploração — RAE, devidamente preenchido e assinado.
3. Para pessoa jurídica:
 - a) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica — CNPJ;
 - b) Cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
4. Para representante legal:
 - a) Cópia do RG e CPF do representante legal do requerente;
5. Certidão atualizada, com emissão de no máximo 90 (noventa) dias, da **matrícula** ou transcrição imobiliária expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, ou outro documento válido que comprove a dominialidade do imóvel, igualmente atualizado nos últimos 90 (noventa) dias, conforme exigências do Decreto Estadual n 9.541, de 10 de abril de 2025;
6. Certidão de Aforamento ou Cessão de Uso expedida pela Gerência Regional do Patrimônio da União quando se tratar de bens imóveis da União, nos termos do Art. 1º do Decreto Lei n. 9.760/1946, de 5 de setembro de 1946;
7. Caso o imóvel esteja locado ou arrendado, deverá ser apresentado o respectivo contrato de locação ou arrendamento. Em caso de imóvel com contrato de locação, arrendamento ou comodato, o requerente deverá apresentar a anuência do locador, do arrendante ou comodante;
8. Recibo do CAR ativo (quando imóvel rural);
9. ITR (se imóvel rural) ou IPTU (se imóvel urbano);
10. Certidão negativa de débitos ambientais;
11. Certidão de Uso e Ocupação do Solo expedida pelo município, declarando expressamente que o empreendimento está em acordo com o Plano Diretor Municipal;



12. Decreto de Utilidade Pública para intervenção em Área de Preservação Permanente (APP);
13. Justificativa formal sobre a motivação referente à intervenção em APP e sobre impossibilidade de recuperação no local, se for o caso;
14. Inventário florestal, conforme Termo de Referência, constante no Anexo III da Instrução Normativa IAT n° 48/2025, elaborado por profissional habilitado (Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo ou Biólogo), conforme regulamentação do respectivo Conselho de Classe, devidamente acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica — ART (Elaboração e Execução do Inventário Florestal) e do número do Cadastro Técnico Federal do(s) profissional(ais);
15. Fichas de campo utilizadas no Inventário de Vegetação Nativa;
16. Deverá classificar as espécies considerando a Portaria NNA n° 443/2014, Portaria MMA n 148/2022, Lista Vermelha de Plantas Ameaçadas de Extinção do Estado do Paraná (SEMA, 1995), Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN;
17. Mapa de Uso e Ocupação do Solo;
18. Outorga de passagem, se houver travessia de curso hídrico;
19. Relatório fotográfico da área, sendo que as fotografias devem possuir data e coordenadas;
20. Comprovante de pagamento da taxa ambiental, de acordo com as tabelas e normas estabelecidas, disponível no site do Instituto Água e Terra;
21. Publicação do requerimento de Autorização Florestal no Diário Oficial do Estado e em jornal de circulação regional, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA n 006/86;
22. Cópia do protocolo referente ao Projeto de Compensação Ambiental, em conformidade com o disposto no Art. 17 da Lei Federal n 11.428/2006 e, de acordo com a categoria escolhida da Instrução Normativa IAT n 16/2025, elaborado por profissional habilitado, conforme regulamentação do respectivo Conselho de Classe, acompanhado por Anotação de Responsabilidade Técnica — ART e do número do Cadastro Técnico Federal do(s) profissional(-is);
23. Assinar Termo de Compromisso de Compensação Ambiental após aprovação da compensação proposta;



Caso o Profissional contratado decida usar o mesmo protocolo de consulta prévia feita pela Contratante, além dos itens apontados anteriormente, deverá providenciar os seguintes ajustes, conforme identificação do protocolo:

PROTOCOLO: 24126061

REQUERENTE: Núcleo de Polícia Marítima da Polícia Federal em Guaíra/PR (NEPOM/DPF/GRA/PR)

CNP3/CPF: 00.394.494/0077-34

MUNICIPIO: Guaira/PR

ASSUNTO: Autorização Florestal

Além dos documentos faltantes, solicita-se que o requerente corrija os seguintes itens no cadastro do pedido de autorização florestal no SINAFLOR:

- No campo "Inventário Florestal Amostral":
 - Inserir os dados do inventário florestal;
 - Corrigir a área do empreendimento com a área do loteamento.
- No campo "Perfil Ambiental":
 - Retirar a área de infraestrutura (ASV);
 - Corrigir a Área de Autorização de Supressão de Vegetação (ASV), para Área de Uso Alternativo do Solo (UAS);
 - Verificar a localização da Sede do Empreendimento cadastrada.

A solicitação de pendência técnica deverá ser atendida completamente. O não atendimento e/ou atendimento parcial, acarretará o arquivamento do processo.



ANEXO II

do Termo de Referência

CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES

ESPECIFICAÇÕES - ANEXO DO TR

CET-1. APRESENTAÇÃO

- cet-1.1.1. Nesse item deve ser apresentado o objeto de estudo e os instrumentos normativos referenciais - Instrução Normativa IBAMA nº 6, de abril 2009, além de informações a respeito do Contrato firmado entre a empresa Contratante e a Contratada.

CET-2. INFORMAÇÕES GERAIS DO EMPREENDIMENTO

CET-2.1. identificação do empreendedor

- cet-2.1.1. Devem constar as seguintes informações: razão social, CNPJ, endereço, inscrição estadual, tipo de atividade, representante legal, pessoa de contato, função, telefone e e-mail:

CET-2.2. responsável técnico pela elaboração do relatório

- cet-2.2.1. Devem constar as seguintes informações: razão social, nome fantasia, CNPJ, inscrição municipal, endereço, responsável técnico, profissão, CPF, registro no conselho de classe, fone e e-mail.

CET-3. INTRODUÇÃO

- cet-3.1.1. A introdução deve conter as informações a respeito do empreendimento, contextualizando a necessidade de elaboração dos projetos para o município, os prejuízos sociais e ambientais decorrentes de sua ausência.
- cet-3.1.2. Nesse item devem ser apresentados o objetivo do trabalho, a justificativa (relevância e pertinência do trabalho em relação à situação identificada) e as principais questões envolvidas na realização do trabalho.
- cet-3.1.3. Também deve ser feito um breve resumo do sistema (SES ou SAA) projetado, informando quais unidades será objeto do presente estudo

CET-4. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA

- cet-4.1.1. Apresentar informações básicas sobre a localização do empreendimento e de seus principais acessos.

CET-5. ÁREA DE INFLUÊNCIA

- cet-5.1.1. Neste item deverão ser apresentadas as descrições e metodologias adotadas para delimitação das Áreas de Estudo (AE), Área Diretamente Afetada (ADA), Área de Influência Direta (AID), Área de Influência Indireta (AII) do Meio Físico e Meio Biótico, para a atividade de supressão.
- cet-5.1.2. A ADA será composta por toda a área de supressão de vegetação prevista para o empreendimento e pelas porções territoriais que serão ocupadas pelas estruturas físicas e de apoio do mesmo, como estradas de acessos e caminhos de serviços, incluindo, sobretudo os que necessitam de supressão, pátios de estocagem, dentre outros.
- cet-5.1.3. A AID corresponde à porção territorial que poderá sofrer de forma direta os efeitos dos impactos sobre o meio natural (físico e biótico), modificando sua qualidade ou diminuindo



seu potencial de conservação. Com base nas características do tipo de obra, deve-se determinar uma faixa mínima no entorno da ADA.

- cet-5.1.4.** A AII corresponde à área real ou potencialmente afetada pelos efeitos indiretos dos impactos socioambientais gerados durante as diferentes etapas do projeto (planejamento, instalação e operação). Com base nas características do tipo de obra, deve-se determinar uma faixa mínima no entorno da ADA.

CET-6. MEIO BIÓTICO

CET-6.1. flora - bioma

cet-6.1.1. Nesse item devem ser contemplados:

- cet-6.1.1.1.** Uma breve descrição sobre o bioma em questão e contextualizar os principais aspectos relacionados à legislação, no que se refere à supressão de vegetação e à compensação ambiental, quando for o caso.
- cet-6.1.1.2.** Fitofisionomias nativas e padrões de uso e ocupação do solo: fazendo uma abordagem dos mais representativos;
- cet-6.1.1.3.** Relação das principais espécies da flora identificadas na região onde o projeto está inserido, compilando-os num quadro discriminando a espécie e nome vulgar de cada indivíduo;
- cet-6.1.1.4.** Extrativismo Vegetal, evidenciando, quando houver, a existência de atividades predatórias na área de estudo;
- cet-6.1.1.5.** Evidenciar através de figuras e/ou mapas a localização do empreendimento em relação ao polígono da Lei da Mata Atlântica, contextualizando tais informações.

CET-6.2. flora - mapeamento da vegetação e uso do solo

cet-6.2.1. Nesse item deverá ser abordada a metodologia para a identificação das fitofisionomias naturais e padrões de uso do solo da área de estudo, que deverá contemplar, no mínimo, as seguintes etapas:

- cet-6.2.1.1.** Levantamento de dados secundários e mapeamento preliminar da vegetação na área;
- cet-6.2.1.2.** Realização dos trabalhos de campo, para levantamento de dados primários;
- cet-6.2.1.3.** Adequação e consolidação das informações preliminares com os dados de campo;
- cet-6.2.1.4.** Os resultados dessa metodologia deverão ser apresentados em forma de uma planta planimétrica de uso e ocupação do solo e em quadros, com os pontos amostrados, abordando aspectos qualitativos e quantitativos (área em hectare) representados por cada fitofisionomia e padrão de uso dentro da área de estudo (ADA, AID e AII), os contextualizados.

CET-6.3. FAUNA

- cet-6.3.1.** Apresentar evidências da presença de animais na área de estudo, fazendo referência aos planos de levantamento e de resgate de fauna, quando necessários.
- cet-6.3.2.** Contextualizar as informações contidas na Portaria INEMA nº 18.491 de 03/06/19, que dispõe sobre a dispensa de ato específico de Autorização para Manejo de Fauna na supressão de vegetação nativa para Linhas de Distribuição de Energia Elétrica com tensão menor que 69 kV, Sistemas de Abastecimento Público de Água e Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário,



sendo conclusivo sobre o enquadramento ou não do empreendimento nos casos de inexigibilidade previstos nessa.

CET-6.4. áreas de preservação permanentes (app)

- cet-6.4.1. Discorrer sobre as legislações pertinentes, destacando os casos em que é permissível a supressão de vegetação nesses locais.
- cet-6.4.2. Apontar as existentes na área de estudo, sejam elas lagoas, corpos hídricos, manguezais, dentre outros, quantificando-as e discriminando-as por fitofisionomias e padrões de uso do solo.
- cet-6.4.3. Informar sua porcentagem que sofrerá supressão em relação ao total do empreendimento.
- cet-6.4.4. Informar o quantitativo das APP's que sofrerão intervenção sem, contudo haver necessidade de supressão de vegetação (SV), bem como o da intervenção total em APP, passível ou não de SV. Neste caso, deverão ser apresentados também quadros com as coordenadas dessas intervenções.
- cet-6.4.5. No seu mapa temático, apresentar o buffer com as delimitações das APP's existentes na área de influência da atividade de supressão.

CET-6.5. unidades de conservação

- cet-6.5.1. Apresentar a(s) unidade(s) de conservação em que está inserido o empreendimento bem como o seu entorno, discorrendo sobre, principalmente, as limitações apresentadas no seu zoneamento e plano de manejo, quando houver.
- cet-6.5.2. Informar, também, o quantitativo da área de intervenção/supressão nessa(s).

CET-6.6. áreas especiais

- cet-6.6.1. Nesse tópico deverão ser informados, na área de influência da atividade de supressão (ADA e AID), a existência de áreas em reserva legal, comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, contextualizando tal informação caso exista e localizando-as em mapa ou planta, em relação às diversas unidades do empreendimento, incluindo acessos.

CET-7. INVENTÁRIO FLORESTAL

CET-7.1. áreas de amostragem

- cet-7.1.1. Nesse tópico deverão ser pontuadas as fitofisionomias e os padrões de usos e ocupação do solo que compõem a ADA do empreendimento, discriminando suas respectivas áreas. Devem-se destacar quais dessas compõem o objeto da autorização de supressão de vegetação nativa, e consequentemente a área a ser amostrada.
- cet-7.1.2. A vegetação exótica deverá ser igualmente amostrada e seus dados disponibilizados em planilhas a parte, sendo que o seu volume não deve ser considerado para fins da autorização.

CET-7.2. metodologia para levantamento florístico e fitossociológico

- cet-7.2.1. Nesse item deverá ser descrita a metodologia para o levantamento florístico e fitossociológico, que deverá abarcar, no mínimo:
 - cet-7.2.1.1. Descrição do sistema de amostragem utilizado, apresentando uma justificativa para a sua utilização;



- cet-7.2.1.2.** Definição das unidades amostrais (número, dimensão - no mínimo 200 m² para Mata Atlântica e áreas entre 400 e 600 m² para Caatinga e o Cerrado -, forma - retangular, área, coordenadas geográficas - de todos os vértices, e o tipo de parcelas - temporárias ou permanentes). Contudo, devido às características das estruturas e da vegetação encontrada na área, poderão ser adotadas parcelas com dimensões menores, desde que apresentadas às devidas justificativas técnicas no Inventário Florestal;
- cet-7.2.1.3.** O levantamento florístico deverá considerar espécies arbóreas, arbustivas, palmeiras arborescentes e não arborescentes, pteridófitas, herbáceas, epífitas e trepadeiras, e ser realizado em todos os estratos da vegetação (herbáceo, arbustivo e arbóreo).
- cet-7.2.1.4.** Salienta-se que as palmeiras (Arecaceae) não são computadas na volumetria de material lenhoso. No entanto, devem ser quantificadas para estimativa de compensação ambiental, quando se tratarem de espécies ameaçadas e/ou protegidas por legislação específica. Quando realizada metodologia de amostragem, deve ser apresentado número de indivíduos amostrados, estimativa de indivíduos por hectare e para a área total. Quando da realização de censo, apresentar o quantitativo total dentro da ADA.
- cet-7.2.1.5.** Nível de abordagem (avaliação das árvores vivas e mortas e da regeneração dentro dos limites da unidade amostral);
- cet-7.2.1.6.** Em cada parcela devem ser coletados os seguintes dados dos indivíduos:
- cet-7.2.1.6.1.** Nome científico, popular e da família, quando possível;
 - cet-7.2.1.6.2.** Circunferência a altura do peito de todos os indivíduos com circunferência igual ou superior a 10 cm. Para os indivíduos que bifurcam abaixo de 1,30 m de altura, devem ser medidos todos os troncos dentro do limite de inclusão estabelecido;
 - cet-7.2.1.6.3.** Altura do indivíduo.
- cet-7.2.1.7.** Todos os exemplares amostrados devem ser marcados com plaquetas plásticas numeradas sequencialmente para posterior identificação;
- cet-7.2.1.8.** Informações a respeito da fitofisionomia da vegetação que deverão ser compilados em quadros:
- cet-7.2.1.8.1.** Números sequenciais das parcelas;
 - cet-7.2.1.8.2.** Coordenadas de um dos vértices das parcelas;
 - cet-7.2.1.8.3.** Estrato predominante da vegetação, nas seguintes categorias: (1) arbóreo, (2) arbustivo e (3) herbáceo;
 - cet-7.2.1.8.4.** Características predominantes da submata, nas seguintes categorias: (1) densa, (2) média e (3) rala;
 - cet-7.2.1.8.5.** Características predominantes da serrapilheira, nas seguintes categorias:
 - cet-7.2.1.8.6.** (1) ausente, (2) fina, (3) média e (4) espessa;
 - cet-7.2.1.8.7.** Tipos predominantes de dossel da mata, nas seguintes categorias: (1) aberto (Ab), (2) fechado (Fe), (3) com árvores emergentes (E), (4) uniforme ou sem árvores emergentes (U), (5) com infestação por cipós (C), (6) sem infestação por cipós (Cs);
 - cet-7.2.1.8.8.** Formas de vida presentes na parcela: (1) Árvores, (2) Arbustos, (3) Subarbustos, (4) Parasitas, (5) Ervas, (6) Lianas e (7) Epífitas;
 - cet-7.2.1.8.9.** Estado predominante de conservação da vegetação, nas seguintes categorias: (1) preservada, (2) pouco alterada, (3) muito alterada;
 - cet-7.2.1.8.10.** Tipos de perturbações antrópicas evidentes (visíveis ou informações coletadas).
 - cet-7.2.1.8.11.** Descrição do material e equipamentos utilizados;
- cet-7.2.1.9.** Bibliografia utilizada na identificação das espécies



cet-7.2.1.10. A relação de espécies vegetais existentes na área deve possuir a indicação da abundância (nº de indivíduos por ha) e seus estágios sucessionais sempre que couber.

cet-7.2.2. Equações para Análise dos Dados Estatísticos e Fitossociológicos:

cet-7.2.2.1. Para a realização do Inventário Florestal deve-se admitir um erro máximo de 10% (dez por cento) para uma probabilidade de 90 % (noventa por cento);

cet-7.2.2.2. O estudo estatístico deverá abarcar, pelo menos, as medidas abaixo, apresentando suas respectivas fórmulas:

cet-7.2.2.2.1. Estimativa da volumetria por unidade amostral em m^3 por hectare;

cet-7.2.2.2.2. Variância (m^3/ha)²;

cet-7.2.2.2.3. Desvio padrão (m^3/ha);

cet-7.2.2.2.4. Erro padrão da média (m^3/ha);

cet-7.2.2.2.5. Volume médio (m^3/ha);

cet-7.2.2.2.6. Coeficiente de variação (%);

cet-7.2.2.2.7. Intensidade da amostra (n);

cet-7.2.2.2.8. Cálculo do erro de amostragem (E%);

cet-7.2.2.2.9. Intervalo de confiança para a média e população;

cet-7.2.2.2.10. Valor de t de Student: $t(1-\alpha\%; n-1GL)$;

cet-7.2.2.2.11. Estimativa mínima confiável (m^3): $t(1-2\alpha\%; n-1 GL)$.

cet-7.2.2.3. Devem ser apresentados para caracterização das áreas de estudo, no mínimo, os seguintes parâmetros fitossociológicos:

cet-7.2.2.3.1. Densidade (absoluta e relativa);

cet-7.2.2.3.2. Dominância (absoluta e relativa);

cet-7.2.2.3.3. Frequência (absoluta e relativa);

cet-7.2.2.3.4. Índice do Valor de Importância;

cet-7.2.2.3.5. Classes de altura;

cet-7.2.2.3.6. Posição sociológica;

cet-7.2.2.3.7. Equações para parâmetros de diversidade

cet-7.2.2.4. Caso tenha sido utilizado algum software para a realização das análises estatística e fitossociológica este deve ser citado bem como a sua versão utilizada.

cet-7.2.3. Equação Volumétrica:

cet-7.2.3.1. Nesse item apresenta-se a equação volumétrica utilizada, a justificativa para a sua utilização, sua referência e o seu coeficiente de correlação.

CET-7.3. localização e características ambientais das parcelas mensuradas

cet-7.3.1. Deverá ser confeccionado um mapa com a localização de cada parcela amostrada.

CET-7.4. resultados florísticos, fitossociológicos e volumétricos

cet-7.4.1. Os resultados devem ser apresentados em quadros, gráficos, tabelas e etc, e contextualizados.

cet-7.4.2. Resultados da Amostragem:

cet-7.4.2.1. Comprovar que a amostragem foi representativa e compilar em um quadro os resultados das estimativas da análise estatística.

cet-7.4.3. Resultados Florísticos:



- cet-7.4.3.1.** Relação das espécies amostradas com seus respectivos nomes comum e científico, família e grupo de uso, contextualizando a informação das espécies e famílias mais e menos representativas.
- cet-7.4.3.2.** Espécies ameaçadas extinção e imunes ao corte (conforme Leis, Decretos e Portarias Estaduais e Portarias do IBAMA), raras ou protegidas por legislação específica, citando a legislação pertinente bem como as indicadoras da qualidade ambiental, de interesse econômico e científico;
- cet-7.4.3.2.1.** Índices de Diversidade
- cet-7.4.3.2.2.** Índices de Agregação
- cet-7.4.3.2.3.** Resultados Fitossociológicos
- cet-7.4.3.2.4.** Resultados da Estrutura Vertical
- cet-7.4.3.2.5.** Resultados da Estrutura Diamétrica
- cet-7.4.3.3.** Em se tratando de vegetação de mata atlântica deverá ser elaborada a caracterização do estágio de regeneração das fitofisionomias, conforme a Resoluções CONAMA pertinentes, quantificando-as e apresentando uma tabela com as médias das alturas e da distribuição diamétrica (DAP) dos indivíduos amostrados separados por bioma e fitofisionomia. Essa quantificação será importante para fins de compensação ambiental para as áreas com vegetação em estágio médio e avançado de regeneração, quando for o caso.
- cet-7.4.4.** Resultados Volumétricos Espécies Nativas
- cet-7.4.4.1.** Relação de produtos originados e respectivos volumes discriminados por espécie, apontando os seus usos socioeconômicos possíveis.

CET-7.5. cálculo do volume total (v) do material lenhoso

- cet-7.5.1.** Supressão de Vegetação Nativa em Área de Preservação Permanente
- cet-7.5.1.1.** Apresentar quantitativos: área e volume a ser suprimido em APP.
- cet-7.5.2.** Volume Estimado, por Produto Gerado por Espécie, Dentro e Fora de APP
- cet-7.5.2.1.** Apresentar um quadro com os volumes estimados por espécie, dentro e fora de APP para cada produto gerado (Lenha, estaca, mourão, serraria, etc).
- cet-7.5.2.2.** Abaixo modelos que devem ser seguidos para apresentação dos volumes. Para cada produto listado no Quadro 1, deve ser elaborado um quadro detalhado conforme modelo do Quadro 4

Quadro 1 - Volume por produto gerado

Produto (DAP cm)	Volume (m³)
Lenha (2 l-5)	1,98
Estacas (5 l-10)	3,17
Mourão (10 l-15)	0,97
Serraria (≥ 15)	0,19
Total	6,31



Quadro 2 - Volume de lenha por espécie

Produto gerado (DAP cm)	Nome Científico	Nome Vulgar	Volume total (m3) APP	Volume total (m3) Fora de APP	Destino socioeconômico	Total (m³)
Lenha (2 l-5)	Psidium sp.	Araçá do mato	0,35	0	Doação/Aproveitamento na obra	0,35
Lenha (2 l-5)	<i>Eremanthus arboreus</i>	Candeia do sertão	0,32	0	Doação/Aproveitamento na obra	0,32
...
Lenha (2 l-5)	<i>Sideroxylon obtusifolium</i>	Quixabeira	0,05	0	Doação/Aproveitamento na obra	0,05
Total			1,98	0		1,98

cet-7.5.3. OBS.: Devem ser adotadas 02 casas decimais nos quadros 4 e 5, independente das casas decimais adotadas no inventário florestal, e seguir a ordem de colunas apresentadas no modelo. Além disso, não pode ter células mescladas ou qualquer outro formato que não o descrito. Estas tabelas também devem ser enviadas em planilhas do Excel.

cet-7.5.4. Volume Total de Material a ser suprimido

cet-7.5.4.1. Apresentar um quadro resumo do Volume a ser suprimido e que será objeto de Autorização de Supressão pelo Órgão Ambiental, conforme exemplo apresentado no Quadro 6.

cet-7.5.4.2. O quadro deve conter no mínimo os itens abaixo:

cet-7.5.4.2.1. Fitofisionomia;

cet-7.5.4.2.2. Método de coleta dos dados utilizados (censo ou amostragem);

cet-7.5.4.2.3. Unidades do sistema em que ocorrerá a supressão (ETA, EE, ETE, etc);

cet-7.5.4.2.4. Área total da fisionomia dentro da ADA (ha);

cet-7.5.4.2.5. Área em APP (ha);

cet-7.5.4.2.6. Área fora de APP (ha);

cet-7.5.4.2.7. Volume Total (m³): Em APP e Fora da APP;

cet-7.5.4.2.8. Volume Empilhado (Ésteres): Em APP e Fora da APP;

cet-7.5.4.2.9. Volume em Metro de Carvão (mdc): Em APP e Fora de APP.

cet-7.5.5. Essas informações devem ser contextualizadas e o volume total deverá ser apresentado, também, em m³/ha.



Quadro 3: Estimativa volumétrica da vegetação nativa a ser suprimida

Fitofisionomia	Área Total de supressão dentro da ADA (ha)	Área de supressão em APP (ha)	Área de supressão fora de APP (ha)	Volume Total (m³/ha)		Volume (st)		Empilhado		Volume metros de carvão (mdc)	
				Dentro de APP	Fora de APP	Dentro de APP	Fora de APP	Fora de APP	Fora de APP	Dentro de APP	Fora de APP
Floresta Estacional Semidecidual Estágio Inicial de Regeneração											
Floresta Estacional Semidecidual Estágio médio de Regeneração											
Subtotal											
TOTAL											

CET-8. ÁREAS PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

- cet-8.1.1.** Nesse item deverão ser apontadas as possíveis áreas a serem adquiridas para compensar às suprimidas em estágio médio e avançado de regeneração, quando aplicável. Essas deverão possuir um nível equivalente de conservação, e estarem situadas no mesmo bioma, preferencialmente, na mesma fitofisionomia e na bacia hidrográfica ao qual o empreendimento estará inserido.
- cet-8.1.2.** Deverão ser apresentadas, no mínimo, 05 (cinco) alternativas, bem como plantas e shapefiles das poligonais dessas áreas, apontando os principais acessos, dimensões e proprietários.

CET-9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- cet-9.1.1.** Nesse tópico deverá ser apresentado um resumo dos resultados florísticos, fitossociológicos e volumétricos, informações relevantes adicionais tais como: necessidade de compensação ambiental, de transplante ou replante, de resgate de fauna, dentre outras.

CET-10. ANEXOS

CET-10.1. Anexo 1 - planilhas de campo com a vegetação nativa

- cet-10.1.1.** Apresentar planilhas de campo das parcelas, contendo o número da parcela, nome científico e comum, número da plaqueta, diâmetro ou circunferência, altura total e/ ou comercial, área basal e o volume da vegetação nativa.
- cet-10.1.2.** As planilhas também deverão ser apresentadas num arquivo separado no formato de planilha editável (xlsx, odf, dentre outros).

CET-10.2. Anexo 2 - planilhas de campo com a vegetação exótica



CET-10.3. Anexo 3 - tabela com as coordenadas com os vértices de cada fragmento a ser suprimido.

- cet-10.3.1. Serão apresentadas tabelas que deverão possuir campo com a numeração sequencial dos fragmentos e dos seus respectivos vértices, bem como o tamanho da área desses e a sinalização se estão em APP ou não.
- cet-10.3.2. As figuras dos fragmentos (polígonos) com a disposição dos vértices devem ser apresentadas nesse arquivo.

CET-10.4. Anexo 4 - Planta planimétrica georreferenciada da cobertura vegetal e uso e ocupação do solo atuais da área de interesse e do seu entorno, incluindo as faixas de APP existentes.

- cet-10.4.1. A vegetação a ser suprimida deverá ser vetorizada bem como as tipologias presentes na área, considerando, para isso, ao menos os limites das áreas de influência da atividade de supressão.

CET-10.5. Anexo 5 - Relatório fotográfico e Planta planimétrica georreferenciada dos polígonos das 5 alternativas para fins de compensação ambiental, quando couber.

- cet-10.5.1. O relatório fotográfico deverá evidenciar e caracterizar a vegetação de cada alternativa. Deve-se atentar para que as alternativas não estejam em área de reserva legal ou que tenham algum outro tipo de impedimento legal.
- cet-10.5.2. Ainda deverá ser apresentado um memorial descritivo com as coordenadas dos vértices das poligonais das 5 alternativas, seguindo as orientações feitas no Anexo 3 acima.

CET-10.6. Anexo 5 - Arquivos em shapefile:

- cet-10.6.1. Apresentar shapefile das poligonais das áreas do sistema (SES ou SAA) projetado;
- cet-10.6.2. Apresentar shapefile com os fragmentos da vegetação que serão suprimidos;
- cet-10.6.3. Apresentar shapefile com os fragmentos da vegetação que serão suprimidos dentro da APP;
- cet-10.6.4. Apresentar shapefile com os fragmentos da vegetação que serão suprimidos fora da APP;
- cet-10.6.5. Apresentar shapefile das áreas das 5 alternativas para fins de compensação ambiental, quando couber.
- cet-10.6.6. Ressalta-se que os shapes gerados, bem como o memorial descritivo, devem ser apresentados utilizando DATUM SIRGAS 2000 e o SAD 69.

CET-11. DOCUMENTAÇÃO

CET-11.1. Do Licenciamento

- cet-11.1.1. Instrumentos de licenciamento e autorizações para intervenção ambiental no estado do Paraná;
 - cet-11.1.1.1.1. Licença Ambiental Simplificada (LAS);
 - cet-11.1.1.1.2. Licença Prévia (LP);
 - cet-11.1.1.1.3. Licença de Instalação (LI);
 - cet-11.1.1.1.4. Licença de Operação (LO);
 - cet-11.1.1.1.5. Autorização Ambiental (AA);



- [cet-11.1.1.1.6.](#) Autorização Florestal (AF);
- [cet-11.1.1.1.7.](#) Outorga Prévia de Direito de Uso de Recursos Hídricos;
- [cet-11.1.1.1.8.](#) Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos;
- [cet-11.1.1.1.9.](#) Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (Dlae);
- [cet-11.1.1.1.10.](#) Renovação de Licença Ambiental de Instalação (RLI);
- [cet-11.1.1.1.11.](#) Renovação de Licença Ambiental de Operação (RLO).

INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO	VALIDADE
Autorização:	Autorização Ambiental (AA). Aprova a localização e autoriza a instalação, operação e/ou implementação de atividade que possa acarretar alterações ao meio ambiente, por curto período, de caráter temporário, ou a execução de obras que não caracterizem instalações permanentes, de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, cadastros, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambientais e demais condicionantes determinadas pelo IAP (PARANÁ, 2008c).	De 1 mês a 1 ano.
	Autorização Florestal (AF). Permite ao proprietário de um imóvel a condição de efetuar o corte de vegetação florestal nativa, árvores isoladas em ambiente florestal ou agropecuário e aproveitamento do material lenhoso seco. Expedida para todo e qualquer procedimento de retirada de material originário de qualquer tipo de vegetação (PARANÁ, 2008c).	De 1 mês a 3 anos, a depender da modalidade.
Licenciamento Ambiental:	Licença Prévia (LP). Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação (PARANÁ, 2008c).	Até 2 anos. Não renovável.
	Licença de Instalação (LI). Autoriza a instalação do empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambientais e demais condicionantes das quais constituem motivos determinantes (PARANÁ, 2008c).	Até 2 anos. Renovável.
	Licença de Operação (LO). Autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambientais e condicionantes determinados para a operação (PARANÁ, 2008c).	Prazos estabelecidos conforme os grupos de tipologias da Resolução Cema nº 65/2008 (PARANÁ, 2008c), e renováveis a critério do IAP.



Licença Ambiental Simplificada (LAS).	Aprova a localização e a concepção do empreendimento, atividade ou obra de pequeno porte e/ou que possua baixo potencial poluidor/degradador, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo IAP (PARANÁ, 2008c).	Até 6 anos. Renovável.
Outorga:	Outorga Prévia.	Concede o direito de uso de recursos hídricos em novos empreendimentos que necessitam de licenciamento ambiental e empreendimentos existentes que ainda não possuem licenciamento ambiental (ÁGUAS PARANÁ, 2014).
	Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos.	Autoriza a utilização de recursos hídricos em novos empreendimentos que não necessitam de licenciamento ambiental e empreendimentos que já possuem licenciamento ambiental (ÁGUAS PARANÁ, 2014).
Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (Dlae).		Concedida para os empreendimentos cujo licenciamento ambiental não compete ao órgão ambiental estadual, conforme os critérios estabelecidos em resoluções específicas (PARANÁ, 2008c).
Renovação de Licença de Instalação (RLI).		Emitida para renovar a Licença de Instalação de um empreendimento.
Renovação de Licença de Operação (RLO).		Emitida para renovar a Licença de Operação de um empreendimento. Nesse caso, há obrigatoriedade de Auditoria Ambiental Compulsória, de acordo com a Lei Estadual nº 13.448/2002 (PARANÁ, 2002).



ANEXO III

do Termo de Referência

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR



IMR

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO - ANEXO DO TR

IMR-1. DO OBJETO

- imr-1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, estabelecendo indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

IMR-2. JUSTIFICATIVA

- imr-2.1. Os serviços da CONTRATADA serão avaliados por meio de indicadores de qualidade:
- imr-2.2. Atraso na Entrega da Documentação/Projeto
- imr-2.3. Perda de Prazo nos órgãos legais
- imr-2.4. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas constantes neste IMR.
- imr-2.4.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.
- imr-2.4.2. A pontuação final de qualidade dos serviços executados pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes, respectivamente, às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço prestado com a qualidade contratada.
- imr-2.5. As tabelas seguintes apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.



Nº 01 - Atraso na Entrega de Documentação/Projeto	
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências contratuais relacionadas aos prazos de entrega da documentação.
Metas a cumprir	Nenhuma ocorrência durante a fase de execução.
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências mediante fiscalização e anotação no dossiê de fiscalização.
Forma de Acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato.
Periodicidade	Semanal, com aferição do resultado por fase de execução.
Mecanismo de Cálculo	semana (7 dias) de atraso na entrega
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de Ajuste no Pagamento	0 a 1 ocorrência = 40 Pontos 2 a 3 ocorrências = 30 Pontos 4 a 5 ocorrências = 20 Pontos 6 a 7 ocorrências = 10 Pontos 8 ou mais ocorrências = 0 Pontos.
Sanções	A partir de 8 ocorrências, além do desconto no valor a pagar serão aplicadas as sanções estabelecidas no termo de referência após instaurado o devido processo de aplicação de penalidade.
Número de ocorrências	
Total de pontos	



Nº 02 - Perda de Prazo nos Órgãos Legais	
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências dos órgãos legais e ambientais aos quais se referem o objeto da contratação
Metas a cumprir	Nenhuma ocorrência durante a fase de execução.
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências mediante fiscalização e anotação no dossiê de fiscalização.
Forma de Acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato.
Periodicidade	Semanal, com aferição do resultado por fase de execução.
Mecanismo de Cálculo	semana (7 dias) de perda de prazo
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de Ajuste no Pagamento	0 a 1 ocorrência = 40 Pontos 2 a 3 ocorrências = 30 Pontos 4 a 5 ocorrências = 20 Pontos 6 a 7 ocorrências = 10 Pontos 8 ou mais ocorrências = 0 Pontos.
Sanções	A partir de 8 ocorrências, além do desconto no valor a pagar serão aplicadas as sanções estabelecidas no termo de referência após instaurado o devido processo de aplicação de penalidade.
Número de ocorrências	
Total de pontos	

IMR-3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

imr-3.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

imr-3.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação total do serviço (X) = Pontos "Indicador 1" + Pontos "Indicador 2"

imr-3.1.2. Os pagamentos devidos, relativos aquela medição de obra, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:



Faixas de pontuação de qualidade	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
X > 90 pontos	100% do valor previsto	1
80 < X < 90 pontos	98% do valor previsto	0,98
70 < X < 80 pontos	96% do valor previsto	0,96
60 < X < 70 pontos	94% do valor previsto	0,94
50 < X < 60 pontos	92% do valor previsto	0,92
X < 50 pontos	90% do valor previsto e rescisão contratual	0,9
Valor da medição (valor da medição previsto x fator de ajuste de nível de serviço) =		

Fiscal de Contrato (assinatura digital):

Preposto da contratada (assinatura digital):

Ciente,

ADMINISTRADOR

RG.

CPF.

DATA: ____/____/____.